

## **COMISSÃO DE ESPORTE**

### **PROJETO DE LEI Nº 8.175, DE 2014**

Dispõe sobre a criação do Fundo de Incentivo ao Esporte para o financiamento de projetos esportivos.

**Autor:** Deputado DAMIÃO FELICIANO

**Relator:** Deputado MARCELO MATOS

## **I - RELATÓRIO**

O objetivo deste projeto de lei é a criação de Fundo de Incentivo ao Esporte, de duração plurianual, destinado a financiar projetos que objetivem exclusivamente promover o desenvolvimento da prática desportiva no país. A responsabilidade pela gestão e fiscalização do fundo fica a cargo do Ministério do Esporte.

O projeto de lei prevê 11 (onze) fontes de receitas para este Fundo de Incentivo ao Esporte, o qual poderá financiar até 80% (oitenta por cento) do custo total de cada projeto, preferencialmente aqueles que atendam a jovens e crianças carentes, bem como àquelas modalidades esportivas que conseguirem alcançar números expressivos de praticantes, independentemente de serem ou não modalidades olímpicas.

Transcorrido o prazo regimental, o projeto não recebeu emendas no âmbito desta Comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O objetivo do projeto de lei n.º 8.175, de 2014, é criar o Fundo de Incentivo ao Esporte para o desenvolvimento de projetos que fomentem a prática desportiva no país. O desenvolvimento do desporto configura-se relevante recurso para a integração de políticas públicas, como a educação, a saúde, a cultura, o lazer, o meio ambiente, a segurança pública e o turismo.

Como exemplo dessa interligação de diferentes áreas de políticas públicas, a Declaração de Punta del Este, oriunda da Terceira Conferência Internacional dos Ministros e Representantes Governamentais da Educação Física e Desporto, em 1999, apontou que, segundo estimativas de estudos internacionais, para cada dólar investido no Esporte, economizam-se 3,2 dólares com despesas de saúde.

A diminuição dos índices de criminalidade está diretamente associada a ações preventivas, de caráter educacional. Atitudes de disciplina, trabalho em equipe e perseverança, características das atividades desportivas, auxiliam na formação da personalidade e são aplicadas em outros âmbitos da vida em sociedade.

Embora atuando em prol do acesso à prática esportiva e do desenvolvimento humano, os recursos destinados ao desporto não são suficientes para contemplar as necessidades do setor e democratizar o uso dos bens esportivos pela população. Assim, o fomento ao esporte, consagrado no art. 217 da Constituição Federal, deve permear as ações do Estado brasileiro, considerando a insuficiência de recursos para as necessidades nacionais.

Este projeto de lei pretende criar Fundo de Incentivo ao Esporte, considerando a notória insuficiência da atividade estatal no engajamento e promoção de atividades correlatas.

Além de fomentar o desporto educacional, de participação e de rendimento, preferencialmente em projetos que atendam a jovens e crianças carentes, como prevê esta proposição, esses novos recursos também contribuiriam, de forma complementar, para o fortalecimento das demais políticas públicas integradas à prática desportiva.

Apesar de promovido à categoria de direitos humanos fundamentais, o desporto ainda não consolidou legislação infraconstitucional que torne esse direito pleno. A alteração proposta visa a aprimorar a exequibilidade e a efetividade do mandamento constitucional do art. 217, ao possibilitar o emprego de novos recursos para as atividades desportivas.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei n.º 8.175, de 2014, do Sr. Damião Feliciano.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2015.

Deputado MARCELO MATOS  
Relator